

## Perguntas Frequentes sobre o processo de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública

(Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro – Lei PREVPAP)

O Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) iniciou-se em 2016 com o levantamento de todos os instrumentos de contratação em vigor nos serviços e organismos da Administração Pública e no setor empresarial do Estado e no setor empresarial local; desenvolveu-se em 2017 (apenas no âmbito da administração direta ou indireta do Estado e no setor empresarial do Estado) com a constituição das comissões de avaliação bipartidas (CAB) para dar parecer sobre as situações de vínculo inadequado submetidas pelos requerentes ou pelos serviços; e tem em 2018 a terceira fase que é a da regularização propriamente dita, com a abertura dos procedimentos concursais e a constituição do correspondente vínculo de emprego público (VEP), bem como a regularização formal dos vínculos laborais inadequados regulados pelo Código do Trabalho cujo enquadramento consta da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, aqui designada de Lei PREVPAP.

Esta última fase da regularização dos vínculos precários carece de um acompanhamento por parte da DGAEP com o objetivo de colaborar com os serviços na fase preparatória dos procedimentos e nas fases subsequentes da respetiva tramitação, assim como prestar uma informação clara aos opositores aos concursos.

O acompanhamento deste processo pela DGAEP inclui, desde logo, a disponibilização na respetiva página de um conjunto de FAQ para esclarecer e harmonizar entendimentos sobre o regime, direcionados às entidades da administração direta e administração indireta do Estado e de entidades do setor empresarial do Estado abrangidas pelo âmbito de aplicação da Lei PREVPAP.

A DGAEP disponibiliza um endereço de *e-mail* dedicado – [concursosPREVPAP@dgaep.gov.pt](mailto:concursosPREVPAP@dgaep.gov.pt) - onde podem ser colocadas as dúvidas por parte dos serviços ou por parte dos candidatos.

A DGAEP faculta ainda um modelo de aviso de abertura e um formulário de candidatura que os serviços podem adotar e adaptar.

## Índice

<b>I. Âmbito de aplicação do PREVPAP .....</b>	<b>4</b>
1. Quais as entidades abrangidas pelo PREVPAP? .....	4
2. Quais os trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP? .....	4
<b>II. Identificação dos “vínculos precários” a admitir à regularização extraordinária .....</b>	<b>5</b>
3. Quem procede ao reconhecimento dos “vínculos precários”? .....	5
<b>III. Mapas de pessoal e postos de trabalho .....</b>	<b>5</b>
4. Nos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) é necessário aumentar o mapa de pessoal para efeitos de abertura de procedimentos concursais de regularização?.....	5
5. Em que situação pode existir um aumento do número de postos de trabalho no mapa de pessoal? .....	6
6. Como se determina o número de postos de trabalho para abertura do concurso de regularização? .....	6
7. Os postos de trabalho a concursar são reservados a trabalhadores cujas situações tenham sido previamente reconhecidas e homologadas?.....	6
8. Quando exista mais do que um trabalhador a exercer as funções correspondentes ao posto de trabalho a concurso, tal significa a criação de mais postos de trabalho? .....	6
9. Podem ser concursados postos de trabalho a tempo parcial? .....	7
10. Quais as situações em que mais do que um trabalhador pode ser candidato ao mesmo posto de trabalho? .....	7
<b>IV. O procedimento concursal de regularização .....</b>	<b>8</b>
11. Quando são abertos os procedimentos concursais de regularização? .....	8
12. Quantos procedimentos concursais de regularização extraordinária devem ser abertos pelos órgãos ou serviços? .....	8
13. Qual a tramitação do concurso de regularização extraordinária e regime aplicável? .....	8
14. Quais as especificidades do procedimento concursal de regularização? .....	8
15. Onde se publicita o aviso de abertura do concurso de regularização? .....	9
16. Para ser opositor ao concurso de regularização que requisitos deve preencher o candidato? .....	9
17. Quais são os requisitos gerais de admissão legalmente exigíveis?.....	9
18. Quais são os requisitos especiais legalmente exigidos?.....	10
19. Qual a forma de apresentação da candidatura ao concurso de regularização? .....	10
20. Quais os documentos a apresentar ao concurso de regularização pelo candidato? .....	10
21. O candidato deve apresentar outros documentos?.....	11
22. A composição do júri do concurso de regularização tem particularidades especiais? .....	11
23. Na tramitação do concurso há lugar à admissão e exclusão de candidatos? .....	11

24. Na fase final do concurso há lugar à ordenação dos candidatos? .....	12
<b>V. Constituição do vínculo de emprego público .....</b>	<b>12</b>
25. Como são integrados os trabalhadores recrutados na sequência dos procedimentos concursais? .....	12
26. Como se constitui o VEP? .....	12
28. Um trabalhador que exerceu funções correspondentes à carreira/categoria de técnico superior, mas não é detentor de licenciatura ou grau académico superior, é integrado como técnico superior? .....	12
29. A integração do trabalhador, em termos de posicionamento remuneratório, tem em conta a remuneração auferida durante o período em que desempenhou funções a título precário? .....	13
30. Há lugar a período experimental após a constituição do VEP? .....	13
31. O tempo de serviço anterior releva para efeitos de reconstituição da carreira? .....	13
32. De que forma pode ocorrer a alteração do posicionamento remuneratório devida à contagem do tempo de serviço anterior? .....	13
<b>VI. Programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 .....</b>	<b>14</b>
33. A integração dos trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 é imediata? .....	14
34. Onde são integrados os trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020? .....	14
35. A integração dos trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 está sujeita a procedimento concursal? .....	14
36. Existe um prazo para a abertura do procedimento concursal? .....	14
37. Qual a situação dos trabalhadores dos programas operacionais regionais, no período de tempo que decorre entre a entrada em vigor da Lei PREVPAP até à sua integração definitiva? .....	15
38. Como é determinada a remuneração dos trabalhadores dos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 após a sua regularização? .....	15
39. Os trabalhadores dos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 podem ver diminuída a sua remuneração com a - integração? .....	15

## I. Âmbito de aplicação do PREVPAP

### 1. Quais as entidades abrangidas pelo PREVPAP?

Encontram-se abrangidos pelo âmbito de aplicação do PREVPAP, as instituições, órgãos ou serviços, integrados:

- na administração direta e indireta do Estado;
- na administração regional (carecendo a sua aplicação de diploma dos competentes órgãos de governo próprio);
- na administração autárquica;
- nos órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, dos tribunais e do Ministério Público e respetivos órgãos de gestão;
- nos órgãos independentes;
- nos órgãos e serviços de apoio à Assembleia da República;
- nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- nas instituições de ensino superior públicas de natureza fundacional;
- nas entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo;
- nas entidades do sector empresarial do Estado e setor empresarial local.

(Cfr. n.º 1 do artigo 2.º da Lei PREVPAP)

### 2. Quais os trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP?

Todos os trabalhadores que tenham exercido funções correspondentes a necessidades permanentes dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei PREVPAP, sem vínculo jurídico adequado, nas seguintes condições:

- no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 e durante pelo menos um ano à data da abertura do procedimento concursal de regularização;
- no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, e durante algum tempo nos três anos anteriores à data da abertura do procedimento, no caso dos contratos de emprego inserção e dos contratos de emprego inserção+;

- durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento, no caso dos contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir carência de recursos humanos essenciais para a satisfação de necessidades permanentes;
- no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 e durante pelo menos um ano a tempo completo (1000h anuais) nos anos de 2015 a 2017, à data da abertura do procedimento concursal de regularização, no caso dos formadores do IEPF.

(Cfr. n.º 1 do artigo 2.º, n.º 1 do artigo 3.º, n.º 3 e 4 do artigo 4.º e n.º 3 do artigo 5.º da Lei PREVPAP)

## II. Identificação dos “vínculos precários” a admitir à regularização extraordinária

### 3. Quem procede ao reconhecimento dos “vínculos precários”?

Na administração direta ou indireta do Estado e no setor empresarial do Estado, as Comissões de Avaliação Bipartida (CAB), constituídas em cada área governativa, relativamente às situações funcionais que lhe foram submetidas, e cujos pareceres favoráveis sejam objeto de homologação pelos membros do Governo competentes – Ministro das Finanças (MF), Ministro do Trabalho da Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), e Ministro setorial.

O dirigente máximo das instituições, órgãos e serviços, relativamente às situações que, não tendo sido submetidas a parecer das CAB e cumpram os pressupostos de tempo de exercício de funções a que se refere a FAQ anterior. Quando os órgãos ou serviços se integrem em áreas ministeriais a decisão carece de ser homologada pelos membros do Governo competentes - MF, MTSSS, e Ministro setorial.

(Cfr. n.º 1 do artigo 2.º, n.º 2 do artigo 2.º, n.º 2, 3 e 4 do artigo 3º da Lei PREVPAP e Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro)

## III. Mapas de pessoal e postos de trabalho

### 4. Nos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) é necessário aumentar o mapa de pessoal para efeitos de abertura de procedimentos concursais de regularização?

Em regra, não.

Existindo postos de trabalho correspondentes a atividades de natureza permanente, não ocupados no mapa de pessoal do órgão ou serviço, são estes os postos de trabalho a concursar no procedimento de regularização.

(Cfr. n.º 1 do artigo 6.º da Lei PREVPAP)

#### **5. Em que situação pode existir um aumento do número de postos de trabalho no mapa de pessoal?**

Caso os postos de trabalho, correspondentes a atividades de natureza permanente, não ocupados, sejam em número insuficiente, os mapas de pessoal dos órgãos e serviços serão automaticamente aumentados, em número estritamente necessário, para corresponder às necessidades permanentes, asseguradas por trabalhadores sem vínculo adequado, previamente reconhecidas e homologadas.

(Cfr. n.º 1 e 3 do artigo 6.º e n.º 3 e 4 do artigo 3.º da Lei PREVPAP)

#### **6. Como se determina o número de postos de trabalho para abertura do concurso de regularização?**

O número de postos de trabalho a tempo completo a concursar, corresponde, em regra, às necessidades permanentes, asseguradas por trabalhadores sem vínculo adequado, previamente reconhecidas e homologadas.

No IEFP, o número de postos de trabalho de formação que satisfazem necessidades permanentes corresponde, pelo menos, ao número de formadores que exerceram funções a tempo completo (pelo menos 1000 horas anuais) em todos os anos de 2015 a 2017.

(Cfr. n.º 1 e 3 do artigo 4.º da Lei PREVPAP)

#### **7. Os postos de trabalho a concursar são reservados a trabalhadores cujas situações tenham sido previamente reconhecidas e homologadas?**

Sim. Apenas se poderão candidatar os trabalhadores que estivessem a preencher necessidades permanentes, sem vínculo adequado, cuja situação tenha sido previamente reconhecida e homologada.

(Cfr. n.º 1 do artigo 5.º da Lei PREVPAP)

#### **8. Quando exista mais do que um trabalhador a exercer as funções correspondentes ao posto de trabalho a concurso, tal significa a criação de mais postos de trabalho?**

Não. Para efeitos de abertura de procedimentos concursais, apenas se considera um posto de trabalho, quando as mesmas funções tenham sido exercidas por mais de um trabalhador:

- no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017;

- a tempo parcial;
- ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+ ou contratos de estágio, nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal.

(Cfr. n.º 2 do artigo 4.º da Lei PREVPAP)

#### **9. Podem ser concursados postos de trabalho a tempo parcial?**

Não. Apenas podem ser concursados postos de trabalho a que corresponda um horário completo.

Quando as mesmas funções tenham sido exercidas por mais que um trabalhador a tempo parcial, os horários devem ser somados e, caso perfaçam um horário a tempo completo (35h semanais), pode ser concursado um posto de trabalho. Podem ser opositores ao procedimento de regularização deste posto de trabalho os trabalhadores a tempo parcial que tenham exercido as mesmas funções.

(Cfr. alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º e alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei PREVPAP)

#### **10. Quais as situações em que mais do que um trabalhador pode ser candidato ao mesmo posto de trabalho?**

Pode existir mais que um candidato ao mesmo posto de trabalho quando:

- mais de um trabalhador tenha exercido as mesmas funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 (e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização;)
- mais de um trabalhador tenha exercido as mesmas funções a tempo parcial;
- mais de um trabalhador tenha exercido as mesmas funções entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 e durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento, ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+;
- mais de um estagiário tenha exercido as mesmas funções durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal e com a exclusiva finalidade de suprir necessidades essenciais e permanentes do serviço.
- no caso dos formadores do IEF, quando o número dos que exerceram funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 e durante pelo menos um ano a tempo completo (1000h anuais) à data da abertura do procedimento concursal de regularização seja superior ao número de postos de trabalho que satisfazem necessidades permanentes.

(Cfr. n.º 2 e 3 do artigo 5.º da Lei PREVPAP)

## IV. O procedimento concursal de regularização

### 11. Quando são abertos os procedimentos concursais de regularização?

Nos órgãos ou serviços abrangidos pela LTFP os concursos devem ser abertos no prazo de trinta dias a contar da data da entrada em vigor da Lei PREVPAP para os trabalhadores que já tenham parecer favorável homologado.

O prazo é procedimental e meramente ordenador.

(Cfr. n.º 2 do artigo 2.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei PREVPAP)

### 12. Quantos procedimentos concursais de regularização extraordinária devem ser abertos pelos órgãos ou serviços?

Serão abertos os procedimentos concursais que o dirigente máximo considerar necessários em função do número de situações a regularizar; das carreiras em causa; e do momento em que dispõe da homologação dos pareceres ou das decisões de reconhecimento de precariedade.

Podem ser abertos procedimentos concursais, de forma agregada por área governativa, relativamente aos respetivos órgãos ou serviços e respetivos postos de trabalho.

(Cfr. artigos 6.º e 10.º da Lei PREVPAP, artigo 33.º da LTFP e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril)

### 13. Qual a tramitação do concurso de regularização extraordinária e regime aplicável?

O procedimento concursal de regularização é um procedimento comum de recrutamento, sujeito ao regime e tramitação previstos na LTFP e na Portaria n.º 83-A/2009 republicada, tendo, no entanto, algumas especificidades.

Nas carreiras de regime especial cujo diploma regule um procedimento de concurso próprio devem ser respeitadas as normas de recrutamento previstas para a própria carreira, com as devidas adaptações, no que respeita às especificidades.

(Cfr. artigo 33.º da LTFP, Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

### 14. Quais as especificidades do procedimento concursal de regularização?

O procedimento concursal de regularização tem as seguintes especificidades:



- a publicitação do concurso é feita apenas na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica do órgão ou serviço;
- há a obrigatoriedade de notificação de todos os trabalhadores reconhecidos com vínculo precário, através de notificação pessoal ou correio eletrónico. Os trabalhadores reconhecidos com vínculo precário que se encontrem numa situação legal de ausência ou que tenham cessado funções são obrigatoriamente notificados por correio postal registado.
- o prazo de candidatura é de 10 (dez) dias úteis;
- o método de seleção é a avaliação curricular, exceto se houver mais do que um trabalhador a concorrer ao mesmo posto de trabalho situação em que serão aplicados dois métodos de seleção - a avaliação curricular e a entrevista profissional de seleção;

(Cfr. artigo 10.º da Lei PREVPAP)

#### 15. Onde se publicita o aviso de abertura do concurso de regularização?

O aviso de abertura deve estar disponível na BEP e na página eletrónica do órgão ou serviço que procede à abertura do procedimento concursal.

(Cfr. artigo 10.º da Lei PREVPAP, artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

#### 16. Para ser opositor ao concurso de regularização que requisitos deve preencher o candidato?

Apenas podem ser admitidos ao concurso os candidatos que reúnam os requisitos gerais e especiais legalmente exigidos para ingresso nas respetivas carreiras/categorias.

(Cfr. artigo 33.º, n.º 1 do artigo 34.º e artigo 86.º da LTFP, artigos 25.º e 28.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada, e n.º 2 do artigo 8.º da Lei PREVPAP)

#### 17. Quais são os requisitos gerais de admissão legalmente exigíveis?

São os requisitos que a lei define para a constituição de um vínculo de emprego público:

- ter nacionalidade portuguesa quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- ter 18 anos de idade completos;
- não estar inibido do exercício de funções públicas nem estar interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- cumprir as leis de vacinação obrigatória;
- ser titular de grau académico ou título profissional nos termos definidos nas normas reguladoras das carreiras.

(Cfr. artigos 17.º e 18.º da LTFP e artigos 19.º, 25.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

### 18. Quais são os requisitos especiais legalmente exigidos?

Nas carreiras de regime geral são os níveis habilitacionais exigidos em função do grau de complexidade funcional de cada uma das carreiras:

- Carreira de técnico superior – grau 3 – titularidade de licenciatura ou de grau académico superior;
- Carreira de assistente técnico – grau 2 – titularidade do 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado;
- Carreira de assistente operacional – grau 1 – titularidade de escolaridade obrigatória ainda que acrescida de formação profissional adequada.

Nas carreiras de regime especial é o diploma que cria a carreira que faz referência ao respetivo grau de complexidade funcional, ao nível habilitacional e formação específica, e ao grau académico ou título profissional.

(Cfr. artigos 33.º, 84.º, 86.º e n.º 1 do artigo 88.º LTFP)

### 19. Qual a forma de apresentação da candidatura ao concurso de regularização?

A candidatura ao concurso é apresentada em suporte papel ou em suporte eletrónico, através de preenchimento obrigatório de formulário tipo, em conformidade com o exigido no aviso de abertura do concurso.

(Cfr. artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

### 20. Quais os documentos a apresentar ao concurso de regularização pelo candidato?

O concurso de regularização é um procedimento de recrutamento comum para trabalhadores sem vínculo de emprego público sendo obrigatória a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais e especiais aquando da candidatura ao concurso.

A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos legalmente exigidos tem as consequências que a lei determina – a exclusão do candidato se impossibilitar a admissão ou a avaliação no concurso ou a impossibilidade de constituição do vínculo de emprego público no momento final do recrutamento.

(Cfr. artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

## 21. O candidato deve apresentar outros documentos?

Sim. O candidato deve apresentar *curriculum vitae* com todos os documentos relevantes para a apreciação do seu percurso profissional em sede de avaliação curricular, nomeadamente, a formação profissional, a experiência profissional, as avaliações de desempenho se as tiver, que se relacionem com as atividades e as competências inerentes ao posto de trabalho a que se candidata.

(Cfr. artigos 11.º e 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

## 22. A composição do júri do concurso de regularização tem particularidades especiais?

Não. Os júris são compostos de acordo com as exigências da lei.

No caso das carreiras gerais o júri integra trabalhadores do empregador público, de outro órgão ou serviço e, quando a área de formação revele conveniência, de entidades privadas.

Nas carreiras de regime especial que tenham regulado um procedimento de concurso próprio devem ser respeitadas as normas que disponham sobre a composição do júri.

(Cfr. n.º 1 do artigo 37.º da LTFP e artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

## 23. Na tramitação do concurso há lugar à admissão e exclusão de candidatos?

Sim. Terminado o prazo de apresentação das candidaturas o júri procede à verificação dos documentos apresentados pelos candidatos e se estes reúnem os requisitos de candidatura exigidos no aviso de abertura.

O júri deve também conhecer da decisão que reconheceu a precariedade do vínculo do candidato. Se este não tiver apresentado documento desse reconhecimento o júri deve solicitá-la ao serviço.

Havendo candidatos que não reúnam aquele pressuposto ou que não reúnam os requisitos gerais e especiais de ingresso na carreira a que respeita o posto de trabalho concursado há lugar à exclusão de candidatos.

(Cfr. artigos 29.º e 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada)

#### **24. Na fase final do concurso há lugar à ordenação dos candidatos?**

Há lugar à ordenação final dos candidatos apenas nas situações em que haja mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho.

Nas situações em que haja apenas um candidato ao posto de trabalho concursado o mesmo é aprovado ou não aprovado em resultado da classificação obtida na avaliação curricular.

### **V. Constituição do vínculo de emprego público**

#### **25. Como são integrados os trabalhadores recrutados na sequência dos procedimentos concursais?**

A integração é efetuada mediante a constituição de vínculos de emprego público (VEP) por tempo indeterminado.

(Cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei PREVPAP)

#### **26. Como se constitui o VEP?**

O VEP constitui-se, em regra, por contrato de trabalho em funções públicas.

(Cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º da LTFP)

#### **27. A constituição do VEP está sujeita a publicação?**

Sim. A constituição do VEP encontra-se sujeita a publicação na 2.ª série do Diário da República.

(Cfr. alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

#### **28. Um trabalhador que exerceu funções correspondentes à carreira/categoria de técnico superior, mas não é detentor de licenciatura ou grau académico superior, é integrado como técnico superior?**

Não. No procedimento concursal de regularização só podem ser admitidos os candidatos possuidores dos requisitos gerais e especiais legalmente exigidos para ingresso nas carreiras e categorias postas a concurso.

(Cfr. n.º 2 do artigo 8.º Lei PREVPAP)

**29. A integração do trabalhador, em termos de posicionamento remuneratório, tem em conta a remuneração auferida durante o período em que desempenhou funções a título precário?**

Não. O trabalhador é posicionado na 1ª posição remuneratória da categoria base ou da categoria única da carreira de integração, respetivamente, em carreiras pluricategoriais e carreiras unicategoriais.

Excecionam-se os trabalhadores recrutados para a carreira/categoria de técnico superior, que são posicionados na 2ª posição remuneratória.

(Cfr. artigo 12.º da Lei PREVPAP)

**30. Há lugar a período experimental após a constituição do VEP?**

Sim. Contudo, o tempo de serviço prestado é contabilizado para efeitos de duração do decurso do período experimental, sendo o mesmo dispensado quando o tempo de serviço prestado seja igual ou superior à duração prevista para a carreira de integração.

(Cfr. artigo 11.º Lei PREVPAP)

**31. O tempo de serviço anterior releva para efeitos de reconstituição da carreira?**

Sim. Após a integração e o posicionamento remuneratório inicial na base da carreira (ou na 2.ª posição remuneratória no caso da carreira/categoria de técnico superior), o tempo de exercício de funções releva para o desenvolvimento da carreira, designadamente para efeito de alteração do posicionamento remuneratório.

(Cfr. n.º 1 do artigo 13.º da Lei PREVPAP)

**32. De que forma pode ocorrer a alteração do posicionamento remuneratório devida à contagem do tempo de serviço anterior?**

Na ausência de avaliação de desempenho, deve atuar como fator de ponderação e suprimimento dessa ausência de avaliação, a ponderação curricular prevista no artigo 43.º do SIADAP, com as necessárias adaptações, que se traduz numa apreciação do currículo do trabalhador, em que são considerados, entre outros componentes:

- as habilitações académicas e profissionais;
- a experiência profissional e a valorização curricular;
- o exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

A ponderação curricular é expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenhos previstas pelo SIADAP 3.

(Cfr. n.º 2 do artigo 13.º Lei PREVPAP, artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP) e Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro).

## VI. Programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020

### 33. A integração dos trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 é imediata?

Não. O Governo dispõe de um prazo de 120 dias a contar da entrada em vigor da Lei PREVPAP, para desenvolver procedimentos legislativos para a sua integração.

(Cfr. n.º 1 do artigo 18.º da Lei PREVPAP)

### 34. Onde são integrados os trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020?

Os trabalhadores titulares de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, certo ou incerto ou em regime de prestação de serviço para trabalho subordinado, que exercem funções em programas operacionais, temáticos e regionais ou nos organismos intermédios do Portugal 2020 são integrados na Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e nos organismos intermédios, respetivamente, através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

(Cfr. n.º 1 do artigo 18.º da Lei PREVPAP)

### 35. A integração dos trabalhadores que exercem funções nos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 está sujeita a procedimento concursal?

Sim. A integração destes trabalhadores está sujeita a procedimento concursal comum de regularização nos termos previstos na Lei PREVPAP, cujos procedimentos concursais devem ter início durante o ano de 2018.

(Cfr. n.º 3 do artigo 18.º da Lei PREVPAP)

### 36. Existe um prazo para a abertura do procedimento concursal?

Não. Apenas existe a indicação de que os procedimentos concursais devem ser abertos durante o ano 2018.

(Cfr. n.º 1 do artigo 18.º da Lei PREVPAP)

**37. Qual a situação dos trabalhadores dos programas operacionais regionais, no período de tempo que decorre entre a entrada em vigor da Lei PREVPAP até à sua integração definitiva?**

Neste período de tempo os trabalhadores afetos aos programas operacionais regionais mantêm-se a exercer funções nos mesmos termos.

(Cfr. n.º 2 do artigo 18.º da Lei PREVPAP).

**38. Como é determinada a remuneração dos trabalhadores dos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 após a sua regularização?**

Os trabalhadores são posicionados na 1.ª posição remuneratória da categoria base ou da categoria única da carreira de integração, respetivamente, em carreiras pluricategoriais e carreiras unicategoriais.

Excecionam-se os trabalhadores recrutados para a carreira/categoria de técnico superior, que são posicionados na 2.ª posição remuneratória.

(Cfr. artigo 12.º da Lei PREVPAP)

**39. Os trabalhadores dos programas operacionais e organismos intermédios do Portugal 2020 podem ver diminuída a sua remuneração com a integração?**

Não, enquanto exercerem funções nos programas operacionais, temáticos e regionais, ou nos organismos intermédios, e caso o valor da remuneração base auferida por estes trabalhadores, antes da integração, seja superior ao valor correspondente à posição remuneratória da categoria/carreira de integração, estes auferem um suplemento remuneratório de valor igual a essa diferença.

(Cfr. n.º 4 do artigo 18.º da Lei PREVPAP)